

## Sumário

<b>Prefácio da 1ª edição</b> .....	xxxix
<b>Prefácio da 2ª edição</b> .....	xli

### Título I

<b>Capítulo I – Princípios Básicos do Processo Penal</b> .....	1
1.1. Conceito da palavra princípio .....	1
1.2. Devido processo legal .....	2
1.3. Verdade real .....	5
1.4. Publicidade dos atos processuais .....	10
1.5. Contraditório .....	14
1.6. Imparcialidade do juiz .....	18
1.7. Presunção de inocência .....	21
1.8. Princípio do <i>Favor rei</i> .....	32
1.9. Promotor Natural .....	34
<b>Capítulo II – Sistemas Processuais</b> .....	43
<b>2. Noções Gerais</b> .....	43
2.1. Sistema inquisitivo .....	44
2.2. Sistema acusatório .....	46
2.3. Sistema misto ou acusatório formal .....	47
2.4. O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto .....	51
2.4.1. Sistema acusatório e a Lei de Falências (Decreto-lei nº 7.661/45) .....	51
2.4.2. Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/51) .....	52
2.4.3. Sistema acusatório e a Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/95) .....	52

2.4.4. Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96) .....	54
2.4.5. Sistema acusatório e Código de Processo Penal .....	54
<b>Capítulo III – Inquérito Policial</b> .....	<b>63</b>
3. Noções .....	63
3.1. Conceito .....	64
3.2. Natureza jurídica .....	66
3.2.1 Condenação com base no inquérito policial .....	69
3.2.2 Diligência investigatória determinada pelo juiz .....	71
3.2.3 Rejeição de parte da denúncia .....	73
3.2.4 Vício no inquérito policial que acarreta a sanção de nulidade.....	77
3.3. Características do inquérito policial .....	80
3.3.1. Inquisitorial .....	80
3.3.2. Formal .....	81
3.3.3. Sistemático .....	81
3.3.4. Unidirecional .....	82
3.3.5. Sigiloso .....	83
3.3.6. Discricionário .....	84
3.4. Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público .....	85
3.5. Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos) .....	89
3.6. Inquérito policial na Lei de Falências .....	94
3.6.1. Natureza jurídica do inquérito judicial .....	94
3.7. Inquérito policial e foro por prerrogativa de função .....	96
3.8. Artigo 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional .....	99
3.9. Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica .....	107
3.10. Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional .....	109
3.11. Inquérito policial e a Lei nº 9.099/95 – termo circunstanciado .....	112
3.12. Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal .....	116

3.13. Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural .....	120
3.13.1. Arquivamento implícito do inquérito policial .....	128
3.14. Desarquivamento do inquérito policial .....	132
<b>Capítulo IV – Ação Penal</b> .....	139
4.1. Noções gerais .....	139
4.2. Fundamento do direito de ação .....	140
4.3. Natureza jurídica do direito de ação .....	141
4.4. Conceito e características do direito de ação .....	142
4.5. Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação .....	143
4.6. Ação penal pública .....	144
4.6.1. Princípios básicos .....	145
4.6.1.1. Obrigatoriedade – visão constitucional .....	145
4.6.1.2. Indivisibilidade .....	150
4.6.1.2.1. Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo .....	154
4.6.1.3. Indisponibilidade .....	155
4.6.1.3.1. Indisponibilidade e a Lei nº 9.099/95 .....	159
4.7. Ação penal de iniciativa privada .....	161
4.7.1. Noções gerais .....	161
4.7.2. Princípios básicos .....	170
4.7.2.1. Oportunidade ou conveniência .....	170
4.7.2.2. Disponibilidade .....	171
4.7.2.3. Indivisibilidade .....	173
4.7.2.4. Intranscendência .....	180
4.8. Ação penal de iniciativa privada personalíssima .....	181
4.9. Condições para o regular exercício do direito de ação .....	183
4.9.1. Legitimidade .....	184
4.9.2. Interesse de agir .....	185
4.9.3. Possibilidade jurídica .....	187
4.9.4. Justa causa .....	189
4.10. Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/95 e o princípio do <i>nulla poena sine in iudicium</i> – visão constitucional .....	190
4.11. Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/95 .....	198
4.12. Ação penal nos crimes contra os costumes .....	203
4.13. Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública .....	209

<b>Capítulo V – Aditamento no Processo Penal</b> .....	215
5. Aditamento no processo penal .....	215
5.1. Fundamento e princípios (verdade real, obrigatoriedade, congruência e contraditório) .....	215
5.2. Conceito .....	217
5.3. Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimento e esclarecimento) .....	217
5.4. Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo .....	218
5.5. Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição .....	219
5.6. Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia .....	220
5.7. Conseqüências processuais do aditamento à denúncia .....	221
<b>Capítulo VI – Jurisdição</b> .....	235
6. Noções .....	235
6.1. Princípios .....	236
6.1.1. <i>Ne procedat iudex ex officio</i> .....	236
6.1.2. Indeclinabilidade da jurisdição .....	237
6.1.3. Indelegabilidade da jurisdição .....	237
6.1.4. Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição .....	237
6.1.5. Juiz natural .....	238
6.1.6. Unidade da jurisdição .....	241
6.1.7. <i>Nulla poena sine iudicio</i> .....	241
6.2. Competência .....	242
6.2.1. Conceito .....	242
6.2.2. Natureza jurídica .....	242
6.3. A competência na Justiça Federal .....	243
6.4. A competência na Justiça Estadual .....	254
6.4.1. Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida .....	259
6.4.2. Conexão e continência – crimes eleitorais e os crimes comuns .....	260
6.4.3. Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida .....	268
6.4.4. Conexão e continência – crime doloso contra a vida e o foro por prerrogativa de função .....	269
6.4.5. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo .....	272

6.4.6. Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função .....	272
6.4.7. Justiça Militar e as infrações penais de menor potencial ofensivo. ....	275
6.4.8. Tribunal do Júri e desclassificação .....	279
6.4.9. Conexão e continência e competência recursal .....	284
6.4.10. Conflitos de competência e de atribuição – distinção .....	285
<b>Capítulo VII – Teoria Geral da Prova</b> .....	<b>293</b>
7. Conceito e finalidade ou objetivo da prova .....	293
7.1. Objeto da prova .....	294
7.2. Meios de prova .....	295
7.3. Classificação da prova quanto .....	295
7.3.1. Ao objeto .....	296
7.3.1.1. Diretas .....	296
7.3.1.2. Indiretas .....	296
7.3.2. Ao sujeito .....	297
7.3.2.1. Pessoal .....	297
7.3.2.2. Real .....	297
7.3.3. À forma .....	298
7.3.3.1. Testemunhal .....	298
7.3.3.2. Documental .....	298
7.3.3.3. Material .....	298
7.4. Natureza jurídica da prova .....	298
7.5. Princípios da prova .....	299
7.5.1. Princípio da comunhão da prova .....	299
7.5.2. Princípio da liberdade da prova .....	300
7.5.3. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos .....	302
7.6. Da prova emprestada .....	311
7.6.1. Conceito .....	311
7.6.2. Requisitos .....	312
7.6.3. Questões controvertidas .....	314
7.6.4. Natureza jurídica da prova emprestada .....	315
7.7. Indício, presunção e ficção – Diferença .....	316
7.8. Da prova indiciária .....	322
7.9. Do ônus da prova .....	324
7.10. Do procedimento probatório .....	329

7.11. Sistemas de avaliação das provas .....	332
7.11.1. Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz ...	332
7.11.2. Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada .....	335
7.11.3. Sistema da livre convicção ou da persuasão racional .....	338
7.12. Natureza das normas que tratam das provas .....	339

<b>Capítulo VIII – Processo e Procedimento</b> .....	341
<b>8. Processo: noções gerais e conceito</b> .....	341
8.1. Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase contrato e da relação jurídica) .....	342
8.2. Pressupostos processuais .....	345
8.3. Procedimento e sua distinção de processo .....	346
8.4. Formas procedimentais .....	347
8.4.1. Procedimento ordinário dos crimes apenados com reclusão. .	347
8.4.1.1. Oferecimento da denúncia .....	348
8.4.1.2. Interrogatório do acusado .....	350
8.4.1.3. Defesa Prévia .....	353
8.4.1.4. Oitiva das testemunhas de acusação .....	354
8.4.1.5. Oitiva das testemunhas de defesa .....	354
8.4.1.6. Diligências .....	354
8.4.1.7. Alegações finais .....	355
8.4.1.8. Sentença .....	356
8.4.1.8.1. Relatório .....	357
8.4.1.8.2. Motivação ou fundamentação .....	357
8.4.1.8.3. Conclusão (parte dispositiva ou <i>decisum</i> ) .	358
8.4.2. Tribunal do Júri .....	358
8.4.2.1. Pronúncia .....	359
8.4.2.1.1. Natureza jurídica da pronúncia .....	360
8.4.2.1.2. Princípio do <i>in dubio pro societate</i> .....	361
8.4.2.1.3. Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia) .....	362
8.4.2.1.4. Pronúncia e crimes conexos .....	363
8.4.2.1.5. Pronúncia e qualificadoras do crime .....	364
8.4.2.1.6. Pronúncia e seus efeitos .....	367
8.4.2.2. Impronúncia .....	369
8.4.2.2.1. Natureza jurídica da impronúncia .....	369
8.4.2.2.2. Prazo .....	371
8.4.2.2.3. Requisitos da impronúncia .....	371

8.4.2.2.4. Impronúncia e crimes conexos .....	371
8.4.2.2.5. Impronúncia e efeitos civis .....	374
8.4.2.3. Despronúncia .....	375
8.4.2.4. Desclassificação .....	376
8.4.2.4.1. Natureza jurídica da desclassificação .....	377
8.4.2.4.2. Recurso da decisão desclassificatória .....	378
8.4.2.5. Absolvição sumária .....	378
8.4.2.5.1. Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária .....	379
8.4.2.5.2. Natureza jurídica da absolvição sumária ..	379
8.4.2.5.3. Requisitos da decisão de absolvição sumária .....	379
8.4.2.5.4. Absolvição sumária e crimes conexos .....	380
8.4.2.5.5. Absolvição sumária e efeitos civis .....	383
8.4.2.6. Libelo crime acusatório .....	388
8.4.2.6.1. Requisitos do libelo .....	389
8.4.2.6.2. Libelo bifronte .....	390
8.4.2.7. Contrariedade ao libelo crime acusatório .....	390
8.4.3. Entorpecentes .....	391
8.4.3.1. Prisão em flagrante .....	392
8.4.3.2. Da fase postulatória .....	392
8.4.3.3. Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade) .....	392
8.4.3.4. Interrogatório .....	392
8.4.3.5. Defesa prévia ou alegações preliminares .....	394
8.4.3.6. Despacho Saneador .....	395
8.4.3.7. Audiência de instrução e julgamento (AIJ) .....	395
8.4.4. Juizado Especial Criminal .....	396
<b>Capítulo IX – Da Prisão Cautelar .....</b>	<b>399</b>
9. Noções .....	399
9.1. Características .....	400
9.1.2. Pressupostos .....	402
9.2. Prisão em flagrante .....	403
9.2.1. Conceito de flagrante delito .....	404
9.2.2. Do fundamento da prisão em flagrante .....	405
9.2.3. Espécies de flagrante delito .....	409
9.2.4. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada .....	415
9.2.5. Flagrante nos crimes permanentes e habituais .....	417

9.2.6. Flagrantes preparado, esperado e forjado .....	420
9.2.7. Flagrante esperado diferido ou retardado .....	423
9.2.8. Flagrante no crime tentado, consumado e formal .....	425
9.2.9. Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato .....	427
9.3. Prisão preventiva <i>strictu sensu</i> : fundamento .....	429
9.3.1. Momento para a decretação da prisão preventiva .....	430
9.3.2. Pressupostos para a decretação da prisão preventiva .....	432
9.3.3. Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva .....	434
9.3.4. Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude .....	437
9.3.5. Princípio da motivação das decisões judiciais .....	438
9.3.6. Revogação da prisão preventiva .....	439
9.4. Prisão administrativa .....	440
9.5. Prisão em decorrência da sentença penal condenatória recorrível ...	442
9.6. Prisão em decorrência da decisão interlocutória de pronúncia .....	451
9.7. Prisão temporária da Lei nº 7.960/89 .....	456

## **Capítulo X – Liberdade Provisória – Visão Constitucional** .....

10. Noções gerais .....	467
10.1. Liberdade provisória com ou sem fiança .....	467
10.2. Liberdade provisória na lei dos crimes hediondos .....	485

## **Capítulo XI – Citação** .....

11. Noções gerais e conceito .....	487
11.1. Natureza jurídica da citação .....	489
11.2. A Lei nº 9.271/96 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e o da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i> ..	490
11.2.1. Requisitos da suspensão .....	491
11.2.2. Limite de tempo da suspensão .....	493
11.2.3. Incidência da norma .....	494
11.2.4. Recurso da decisão de suspensão .....	496
11.2.5. Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362 do CPP) .....	497
11.2.6. Concurso de pessoas e citação por edital .....	498
11.2.7. Tribunal do Júri e citação por edital .....	498
11.2.8. Defensor Público e citação por edital .....	499
11.3. Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo .....	500

## **Capítulo XII – Teoria Geral das Nulidades** .....

12. Noções gerais e conceito de nulidade .....	501
12.1. Natureza jurídica da nulidade .....	504



12.2. Princípios processuais da nulidade .....	505
12.2.1. Prejuízo .....	505
12.2.2. Causalidade (contaminação ou contagiosidade) .....	508
12.2.3. Interesse .....	509
12.2.4. Convalidação .....	509
12.3. Sistemas .....	510
12.3.1. Certeza legal .....	510
12.3.2. Instrumentalidade das formas .....	511
12.3.3. Misto .....	512
12.4. Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção .....	512
12.5. O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural .....	513
-	-
<b>Capítulo XIII – Teoria Geral dos Recursos</b> .....	<b>515</b>
13.1. Conceito .....	515
13.2. Fundamento .....	516
13.3. Natureza jurídica do recurso .....	516
13.3.1. Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso .....	517
13.3.2. Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação) ....	517
13.3.3. Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão .....	517
13.4. Princípios gerais dos recursos .....	518
13.4.1. Taxatividade .....	518
13.4.2. Unirrecorribilidade .....	519
13.4.3. Fungibilidade .....	519
13.4.4. Voluntariedade .....	521
13.4.5. Conversão .....	525
13.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	526
13.6. A <i>reformatio in pejus</i> indireta .....	527
13.7. Efeitos dos recursos .....	537
13.7.1. Devolutivo .....	537
13.7.2. Suspensivo .....	543
13.7.3. Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos .....	547
13.8. Os recursos e o direito intertemporal .....	549
13.9. Juízo de admissibilidade dos recursos .....	552
13.9.1. Conceito .....	552
13.9.2. Requisitos intrínsecos .....	555
13.9.2.1 Legitimidade .....	555
13.9.2.2 Interesse .....	563

13.9.3. Sucumbência e interesse .....	568
13.9.4. Requisitos extrínsecos .....	569
13.9.4.1. Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal) .....	569
13.9.4.2. Tempestividade .....	570
13.9.4.3. Regularidade formal .....	572
13.9.4.4. Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia) .....	573
13.10. Juízo de mérito (ou juízo de delibação).....	576
13.11. Recursos em espécie (questões relevantes) .....	577
13.11.1. Recurso em sentido estrito .....	577
13.11.2. Apelação .....	583
13.11.3. Protesto por novo júri .....	595
13.11.4. Embargos infringentes e de nulidade .....	609

## Título II

### Das Ações Autônomas de Impugnação

<b>Capítulo I – Do Habeas Corpus .....</b>	<b>617</b>
1.1. Conceito .....	617
1.2. Natureza jurídica .....	618
1.3. Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório e preventivo .....	619
1.4. Objeto do <i>habeas corpus</i> .....	620
1.5. Legitimidade ativa .....	622
1.6. <i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares – correta visão do problema .....	624
1.7. Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia .....	627
1.7.1. Juiz e competência .....	627
1.7.2. Promotor de justiça e competência .....	628
1.7.3. Delegado de polícia e competência .....	629
1.8. <i>Habeas corpus</i> e o ato de particular .....	630
1.9. <i>Habeas corpus</i> e o direito líquido e certo .....	633
1.10. <i>Habeas corpus</i> e o trancamento do inquérito policial ou da ação penal .....	637
1.11. Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição .....	638
1.12. <i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP) ..	639

1.13. <i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão – diferença.....	640
1.14. <i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal .....	641
<b>Capítulo II – Revisão Criminal .....</b>	<b>647</b>
2. Noções gerais .....	647
2.1. Conceito .....	648
2.2. Natureza jurídica .....	649
2.3. Objeto .....	650
2.4. Condições para o regular exercício do direito de agir .....	651
2.4.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	651
2.4.2. <i>Legitimatío ad causam</i> .....	652
2.4.3. Interesse processual .....	654
2.5. Formas de revisão criminal .....	654
2.6. Pressupostos legais .....	655
2.7. Fundamentos legais da revisão criminal .....	655
2.8. Revisão criminal de decisões não condenatórias .....	660
2.9. Revisão criminal e a “sentença” que homologa a transação penal ....	662
2.10. Efeitos da revisão criminal .....	663
2.10.1. Alterar a classificação da infração .....	664
2.10.2. Absolver o réu.....	664
2.10.3. Modificar a pena.....	666
2.10.4. Anular o processo .....	667
2.10.5. Proibição da <i>reformatío in pejus</i> .....	669
2.11. Revisão criminal e sentença penal estrangeira .....	669
<b>Capítulo III – Mandado de Segurança em matéria criminal .....</b>	<b>671</b>
3. Objetivos e Noções gerais .....	671
3.1. Conceito .....	672
3.2. Natureza jurídica .....	672
3.3. Objeto .....	674
3.4. Questões controvertidas .....	674
3.4.1 Identificação criminal .....	674
3.4.2 Recurso próprio previsto em lei .....	676
3.4.3 Prova contra si mesmo.....	678
3.4.4 Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente .....	678
3.4.5 Direito de sufrágio do preso provisório .....	679
3.4.6 Estrangeiro não residente no País.....	680
<b>Nota final do Autor à primeira edição .....</b>	<b>685</b>

**Apêndice I**

A impossibilidade da transação penal nos delitos descritos nos arts. 303, 306 e 308 do Código Nacional de Trânsito (Lei nº 9.503, de 23/9/97)....	687
---	-----

**Apêndice II**

Breves considerações sobre a Lei nº 9.296/96 – Interceptação telefônica .....	693
---	-----

<b>Bibliografia</b> .....	709
---------------------------	-----

<b>Índice Remissivo</b> .....	717
-------------------------------	-----